



Jornalismo político e enquadramento: uma análise da cobertura da ditadura militar pelo jornal Estado de Minas¹

Hila RODRIGUES²

Laio AMARAL³

Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG

RESUMO

Este artigo pretende provocar uma reflexão no campo do jornalismo político, a partir da análise do processo de produção da notícia e da influência dessa notícia na percepção da realidade e na construção de cenários por parte de seu público. Para tanto, apresenta-se um estudo centrado na cobertura política do jornal mineiro *Estado de Minas* durante a ditadura militar no Brasil, compreendendo o período entre 1964 e 1985. Recorrendo à análise das narrativas que marcaram o jornal nesse período, busca-se identificar, tanto nos textos quanto nas opções editoriais, os enquadramentos e os discursos propostos pelo periódico, com ênfase nos elementos decisivos para a construção desses discursos. Esse trabalho pretende, ainda, contribuir para o debate acerca das políticas editoriais que regeram o jornal *Estado de Minas* nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

PALAVRAS-CHAVE: Estado de Minas; ditadura militar; enquadramento; narrativas; discurso.

1- Introdução

Não são poucos os historiadores brasileiros que designaram a década de 1960 como os *anos de chumbo*. Investindo nas relações diplomáticas, o Brasil se aproximou de países socialistas durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart. Nesse contexto, a oposição conservadora, representada pela elite e por setores das Forças Armadas, organizou um movimento de tomada do poder, que culminou no Golpe de Estado que levaria os militares a assumirem o Executivo. No dia 31 de março de 1964 começava uma ditadura que duraria 21 anos.

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática Jornalismo, da Intercom Júnior – Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste

² Orientadora do Trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, email: hilarodrigues@hotmail.com

³ Estudante de Graduação – 6º semestre do Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, email: laioamaral@hotmail.com



O período foi marcado por prisões, torturas, assassinatos, censura à imprensa e todo tipo de cerceamento da liberdade de expressão. Todo ato considerado subversivo era duramente reprimido, sob o argumento de que era preciso manter a ordem. Como relata Boris Fausto (1994), o movimento de 64 veio mascarado, isto é, emergiu da falsa pretensão de se livrar o país do comunismo e instaurar de fato a democracia. Entretanto, o que se observou, na realidade, foi a tentativa de dar novos contornos às instituições do país por meio dos Atos Institucionais.

Essa era uma das características importantes do regime militar. Como ressalta Boris Fausto, “embora o poder real se deslocasse para outras esferas e os princípios básicos da democracia fossem violados, o regime quase nunca assumiu expressamente sua feição autoritária” (FAUSTO, 1994, p. 465). Por exemplo, quando o AI-1 foi baixado, em 9 de abril de 1964, foi mantida a Constituição de 1946, com modificações, bem como o funcionamento do Congresso. Tudo isso porque havia certo cuidado ao se instituir quaisquer medidas, de modo que não se escancarasse o caráter ditatorial do governo.

Num contexto como esse, em que a realidade é apresentada de maneira distorcida, o papel do jornalismo se torna indispensável, uma vez que ele busca ser espelho do real, esclarecendo a sociedade acerca de questões de interesse público. Em se tratando da ditadura, porém, os jornais impressos da chamada grande imprensa foram obrigados a conviver com a censura – a encará-la. As publicações que sofriam menos ou quase nenhuma repressão eram aquelas que apoiavam o regime e se utilizavam do seu conteúdo para defender e difundir as ideologias vigentes no governo. Por isso mesmo, havia grande preocupação dos jornais na cobertura dos fatos da época, na construção da notícia e de suas narrativas.

O jornal *Estado de Minas* já fazia parte dessa grande imprensa no período. O maior impresso de Minas Gerais também fez a cobertura dos acontecimentos e revelou, por meio de suas páginas, um posicionamento específico diante do momento político atravessado pelo Brasil⁴. A proposta central deste artigo é analisar que enquadramentos se fizeram presentes nas narrativas construídas nesse período. Optou-se, assim, pela observação de elementos capazes de auxiliar esse processo de enquadre, tanto da linguagem verbal quanto visual. Como observa Santaella, “a ideologia toma corpo concreto, sensível, material e objetivo nas

⁴ O acompanhamento da cobertura política do *Estado de Minas* no período de 1964 a 1985 só foi possível graças à contribuição do próprio jornal, que, por meio de sua direção executiva, autorizou o exame de todas as edições microfilmadas em pesquisa realizada entre setembro de 2011 a março de 2012, período em que disponibilizou todos os arquivos solicitados à Gerência de Documentação e Informação do Sistema Estaminas de Comunicação (Gedoc) – a Área de Documentação e Informação situada à Avenida Mem de Sá, em Belo Horizonte.



linguagens que circulam, através dos aparelhos e por meio das instituições, no intercuro social” (SANTAELLA, 1996, p. 331).

2- *Estado de Minas: o grande jornal dos mineiros*

O Estado de Minas sobreviveu à concorrência desde o seu nascimento, em 7 de março de 1928, e foi ganhando a confiança do público, consolidando-se como o maior jornal impresso do estado de Minas Gerais. Carregando certas características da “mineiridade”, o jornal sempre se mostrou conservador e procurava, por meio de sua narrativa, sair em defesa do bom cidadão, “exorcizando as forças do mal” (FRANÇA, 1998, p.158) ou qualquer outro sinal de subversão e contravenção à ordem. Dessa forma, ele foi introduzido dentro do espírito de Minas Gerais e tornou-se o principal guia da opinião pública e símbolo de socialização entre os mineiros, cumprindo, assim, a função de um jornal, como ressalta Vera França:

Um jornal traz mais que informações; ele exprime um certo padrão de sociabilidade, cristaliza valores e imagens presentes em uma sociedade num determinado momento, constitui uma das muitas modulações da palavra social (FRANÇA, 1998, p. 61).

O contexto sócio-histórico não pode ser visto, portanto, como um fator externo à produção jornalística. Ao contrário, ele é elemento que fundamenta as práticas comunicacionais de uma sociedade, pois “o dizer do homem é afetado pelo sistema de significação em que o indivíduo se inscreve. Esse sistema é formado pela língua, pela cultura, pela ideologia e pelo imaginário” (BENETTI, 2008, p. 109). Em Minas Gerais, a população que deixa o interior do estado rumo a Belo Horizonte trouxe consigo, sobretudo, o espírito de família, de convivialidade e religiosidade. Todos esses fatores, somados à vida prosaica e provinciana da capital, influenciaram diretamente o desenvolvimento do caráter tradicional do jornal *Estado de Minas*.

A imprensa mineira sempre oscilou entre um jornalismo de opinião e um jornalismo institucional. Isso porque ela sempre foi mantida sob o domínio da política, o que revela indícios de como se dá a relação entre a mídia e o poder. Especificamente no caso do Estado de Minas, sua estreita ligação com o governo chegava a tal ponto que alguns dos cargos de confiança eram ocupados por profissionais do veículo, como descreve Vera França:



(...) o cargo de assessor de imprensa do governador cabia sempre aos jornalistas do *Estado de Minas* com algumas exceções: no governo de Tancredo Neves, quando seu assessor veio do *O Estado de São Paulo*, e do governo de Newton Cardoso, o único momento da história do *Estado de Minas* em que houve ruptura total do jornal com o governo do Estado (FRANÇA, 1998, p. 110).

Durante o processo de cobertura dos fatos políticos que marcam o período que se segue, entre 1964 e 1985, o Estado de Minas deixa impresso, em suas páginas, o tipo de aproximação ideológica existente entre o jornal e quem estava à frente do governo em Brasília: os militares. Com o início da ditadura no Brasil, Minas Gerais, estado que um dia foi conhecido como “‘celeiro de jornalistas’ da imprensa nacional” (FRANÇA, 1998, p. 68), define seu lugar no cenário político por meio do seu maior veículo. As narrativas e enquadramentos utilizados pelo Estado de Minas contribuíram para a edificação de discursos que auxiliaram diretamente na construção, disseminação e fixação de uma imagem positiva do grupo de generais que conduzia o país. Todo o conteúdo do jornal, do ponto de vista textual – e também visual – servia a essa construção, pois, como observa Lúcia Santaella, as ideologias estão refletidas naquilo que se lê, naquilo que se vê, naquilo que é percebido na mensagem veiculada.

(...) as linguagens não são inocentes nem inconsequentes. Toda linguagem é ideológica porque, ao refletir a realidade, ela necessariamente a refrata. Há sempre, queira-se ou não, uma transfiguração, uma obliquidade da linguagem em relação àquilo a que ela se refere (SANTAELLA, 1996, p. 331).

É precisamente em função desse aspecto que as análises discursivas partem do pressuposto de que todos os elementos observados num discurso existem intencionalmente. É preciso perceber as estratégias e intenções textuais de quem produz um discurso, a fim de compreender a lógica organizacional que está por trás das mensagens. No caso do Estado de Minas, os seus elementos gráficos e linguísticos revelam a postura política do veículo.

Vera França (1998) observa, ainda, que o jornal se apresenta como instância de produção – e que, nesse processo, a palavra jornalística emerge como elemento fundamental ao estabelecimento de uma relação de identificação entre o público e o jornal. Dito isto, é possível verificar, como constata Márcia Benetti, que “o texto é parte visível ou material de um processo altamente complexo que inicia *em outro lugar*: na sociedade, na cultura, na ideologia, no imaginário” (BENETTI, 2008, p. 111). Ou seja, um jornal, tal como ele é, é fruto do processo de retroalimentação entre emissor (veículo) e receptor (leitor). Quanto ao



Estado de Minas, a correspondência com seu público sempre foi muito evidente, como ressalta Vera França. Essa troca fez, aliás, com que ele passasse a ser conhecido como o grande jornal dos mineiros.

Contudo, há que se considerar, também, outro fator decisivo na construção do discurso jornalístico: a ênfase dada a cada elemento do acontecimento narrado – um aspecto que remete à teoria do enquadramento, abordada a seguir.

3- O enquadramento jornalístico no processo de construção da notícia

Para se delinear um acontecimento jornalístico, é preciso levar em conta alguns elementos do jornalismo que se interconectam, como noticiabilidade, agendamento e enquadramento. A noticiabilidade “liga-se intimamente ao que os estudiosos denominam de valores-notícia, que podem variar da noção de que têm valor noticioso eventos de rara ocorrência, a temas que causam comoção” (PONTE *apud* LEAL, 2010, p. 197). Ela possui um papel constitutivo na construção do agendamento, pois se refere ao processo de definição do que é notícia. O agendamento da mídia ou *agenda setting* diz respeito à capacidade da mídia de pautar o que será assunto na sociedade. Nesse contexto, os diferentes veículos agendam um ao outro e o público também se torna referência. De acordo com Leal (2010), essa concepção traduz mais do que uma agenda da sociedade, mas uma agenda apresentada à sociedade, já que o acontecimento fica a mercê do seu potencial de agenciamento, de se tornar pauta de um jornal. Por fim, tem-se o enquadramento, que se liga aos outros dois elementos, mas que demanda uma discussão mais aprofundada.

As pesquisas sobre enquadramento surgiram no início da década de 1980. Apesar de ser um tema relativamente novo no meio jornalístico, os debates em torno dessa questão têm contribuído para a discussão do papel da imprensa no campo do jornalismo político – e também a entender as funções da mídia sob novos aspectos. A crítica do papel político da mídia sempre se sustentou na observação da parcialidade e subjetividade que, vez por outra, teimam em dar o ar da graça nos jornais. Por exemplo, ao se analisar a cobertura de campanhas eleitorais, o discurso da crítica girava em torno do espaço dedicado a cada candidato no veículo, ou se as matérias tratavam o sujeito de modo positivo ou negativo. De acordo com Mauro Porto, trata-se de uma abordagem insuficiente para o entendimento dos significados e dos efeitos do enquadramento.

(...) esse enfoque tradicional é insuficiente para o estudo da relação entre mídia e política, contribuindo para tornar invisíveis diversos aspectos dessa



relação. As limitações do “paradigma da objetividade” têm sido cada vez mais reconhecidas e autores têm propostos conceitos, como de enquadramento, como alternativa. (PORTO, 2004, p. 75)

Além de discutir o paradigma da objetividade, a teoria do enquadramento pretende preencher lacunas deixadas pela perspectiva teórica da *agenda setting*. O agendamento diz às pessoas *sobre o que* elas devem pensar, mas não *o que pensar*. Por isso, muitos autores têm recorrido aos conceitos de enquadramento para falar de um “segundo nível de efeito” (PORTO, 2004, p. 74). Para isso, de acordo com Mauro Porto, os estudiosos optaram por “examinar como a cobertura da mídia afeta ‘sobre o que’ o público pensa (o primeiro nível de agendamento) e também ‘como’ o público pensa sobre esses temas (o segundo nível de enquadramento).” (PORTO, 2004, p. 76-77)

O conceito de “enquadramento” já foi trabalhado por vários autores, mas ainda não existe um consenso acerca da sua definição. Os estudos têm seu ponto de partida nas articulações de Erving Goffman (1986), que recorre a elementos específicos das ciências sociais para apresentar a teoria de maneira mais sistemática, definindo-a como “os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos.” (PORTO, 2004, p. 78). Os enquadramentos seriam, dessa forma, construídos socialmente, de acordo com a carga cultural de cada indivíduo.

No campo da Comunicação, há, também, os estudos de Todd Gitlin (1980), que tenta demonstrar como o processo de enquadre determina a produção da notícia. Gitlin conceitua enquadramento da mídia como elementos que “organizam o mundo tanto para os jornalistas que escrevem relatos sobre ele, como também, em um grau importante, para nós que recorremos às suas notícias” (GITLIN *apud* PORTO, 2004, p.80). Neste sentido, os enquadramentos da mídia configurariam o que ele chama de “padrões persistentes de cognição, interpretação, de seleção, ênfase e exclusão”, por meio dos quais é possível organizar o discurso, seja ele verbal ou visual. Um fator importante nesse processo de padronização proposto por Gitlin é a observação do mundo por parte do jornalista, como observa Luiz Gonzaga Motta (2008). A visão apreendida desse ator comunicacional influencia diretamente na seleção e ênfase dos aspectos da realidade.

Para o estudo aqui proposto, a concepção de Gitlin parece a mais adequada, considerando o processo de construção das narrativas do Estado de Minas. Na tentativa de apreender os enquadres, assim como os discursos propostos pelo jornal durante a ditadura militar, propõe-se, aqui, a análise que se segue acerca dos aspectos da cobertura do veículo em datas que, naquele período, são consideradas decisivas por parcela expressiva dos historiadores brasileiros.



4- Os enquadramentos do Estado de Minas na Ditadura Militar

Entre a inauguração de Belo Horizonte, em 12 de dezembro de 1897, e a fundação do Estado de Minas, 31 anos depois, surgiram cerca de 160 jornais na capital, todos se caracterizando pela existência efêmera. O Estado de Minas, no entanto, conseguiu se sustentar “em um contexto onde a leitura era ainda pouco arraigada” (FRANÇA, 1998, p. 102) e ganhou, aos poucos, importância nos cenários da comunicação regional e nacional. Existia, por parte do veículo, uma preocupação em marcar a identidade de um jornal mineiro, comprometido com os interesses do Estado, acima de qualquer posição partidária e pessoal. Porém, ele fracassava nesse intuito e, desta forma, manteve-se alinhado de maneira sistemática às forças do poder. No período que se estende entre 1964 e 1985, é possível observar traços claros desta aliança do jornal com os militares.

O golpe de Estado que instaurou a ditadura militar no Brasil, em 31 de março de 1964, foi noticiado no Estado de Minas na edição do dia 1º de abril (**ANEXO 1**). A manchete principal era “General Amaury Krueel com o II Exército ao lado dos mineiros”. Além dessa, existe outra manchete, mais abaixo, com o título “Presidente está fora da realidade”. Nessa última, o jornal afirma que João Goulart acha que ainda detém o controle sobre as forças do I e do III Exércitos, que estavam sediados na Guanabara e no Rio Grande do Sul, respectivamente. Na perspectiva do jornal, ele estaria perdendo o senso do real devido “à forma repetida como ouvia os *slogans* comunistas”. Detalhe importante é que o Estado de Minas se refere ao golpe como “Revolução de 64”, absorvendo a expressão cunhada pelo regime.

Na publicação do dia 2 de abril, é possível observar elementos que reafirmam a posição política do jornal, auxiliando a construção de um discurso anticomunista, favorável aos militares. Em uma das manchetes, é possível ler “Erva daninha da infiltração vermelha continua entre nós” – uma reportagem sobre os comunistas no país. No editorial, cujo título é “Minas fiel a si mesma”, o veículo ataca o presidente João Goulart e o comunismo:

(...) nessa luta, o que os mineiros combatem é o comunismo, que se infiltra no organismo nacional através do apoio ostensivo do presidente da República. Tornou-se o governo do Senhor João Goulart incompatível com a formação cívica dos mineiros, desde que passou a estimular o avanço do totalitarismo vermelho. (ESTADO DE MINAS, 2 de abril de 1964, p. 4)

Nos dois exemplos, fica claro o cenário desenhado pelo Estado de Minas. O objetivo desse discurso – contra Goulart e a favor do golpe – é a persuasão. Como ressalta Dijk (2003),



“quem controla o discurso público, controla indiretamente a mente (incluída a ideologia) das pessoas, e, portanto, também suas práticas sociais”⁵ (DIJK, 2003, p.48).

Outro exemplo está na edição do dia 3 de outubro do ano de 1965, quando o Estado de Minas traz em seu editorial o título “O pleito de hoje”. Nessa data, Arthur da Costa e Silva seria eleito o novo presidente da República, substituindo Castelo Branco. O texto discorre sobre uma improvável vitória dos “contra-revolucionários”, afirmando que as perspectivas eram as mais tranqüilizadoras. Mais uma vez, o jornal, por meio de suas narrativas, enquadra a ditadura como um movimento revolucionário. Esse fato se repete na publicação do dia 8 de dezembro de 1966, quando o Estado de Minas aborda a proposta da nova constituição, que seria promulgada no ano seguinte, em 24 de janeiro. O título do editorial é “Fase final da Revolução”. Nele, a votação da nova constituição é apresentada como fato desencadeador da última fase da “revolução”, que se completaria com a posse do presidente eleito, Costa e Silva.

A carta é classificada como uma espécie de “nune tutelar da democracia brasileira”. Os recursos lingüísticos apontados acima são fundamentais na mensagem proposta pelo Estado de Minas, pois “os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) lingüísticas e extralingüísticas para realizar certas obrigações e objetivos.” (MOTTA, 2008, p. 144).

Outro aspecto a ser considerado é que, no jornalismo, dizer o que ocorreu implica em “selecionar fatos e ligá-los, entre si, para formar um fio; então, ‘algo ocorreu’, figuras tornam-se manifestas no tecido existencial” (MOUILLAUD, 2002, p. 42). Porém, no ato de produzir a notícia e, conseqüentemente, de construir quadros e cenários, o jornal também fala através do silêncio, quando torna invisível um acontecimento, deixando-o de fora da moldura. De acordo com Luiz Martins da Silva (2011), quando isso acontece, o fato permanece na opacidade.

(...) mesmo com todos os avanços propiciados por mudanças que vão desde alteração na rotina produtiva até a maior participação do público na produção da notícia, um dado permanece: alguns fatos resistem a tornarem-se conhecidos e permanecem na opacidade. (...) A opacidade resiste. Resiste mesmo diante de mudanças estruturais em curso no Jornalismo. Mesmo diante dos novos processos e estratégias de comunicação possíveis, via redes eletrônicas (SILVA, 2011, p. 106).

⁵ Tradução do autor.



No dia 30 de março de 1973, o estudante da Universidade de São Paulo (USP), Alexandre Vannucchi Leme, foi preso e morto por militares. A missa em sua memória, realizada na Catedral da Sé, na capital paulista, foi um dos grandes movimentos de massa realizados nos anos da ditadura. A importância desse fato é inegável do ponto de vista histórico, mas a edição do dia 31 do Estado de Minas não cita o acontecimento em nenhum momento. Nessa mesma publicação, o jornal apresenta a seguinte manchete principal: “Médici fala hoje sobre a Revolução” (ANEXO 2). Além disso, o editorial dessa data, intitulado “Nove anos”, apresenta um balanço positivo das mudanças implementadas pela “revolução”, após o governo João Goulart.

Nove anos depois de superada a desordem política e social e afastar o Brasil do caos a que estava sendo levado rapidamente pela inércia e má fé do governo João Goulart, já há tempo e fatos suficientes para avaliar a obra empreendida pela Revolução de março de 64. O saldo favorável é reconhecido até mesmo pelos que se colocaram, desde o princípio, numa linha de oposição ideológica aos rumos que se definiram e que foram mantidos inflexivelmente. Todos admitem a realidade dos êxitos concedidos no âmbito da vida econômica e nem seria possível subestimá-los, pois o esforço e o acerto com que têm agido os três governos revolucionários que se sucederam provocam ressonâncias até mesmo fora das fronteiras nacionais (ESTADO DE MINAS, 31 de março de 1973, p. 4).

Este exemplo evidencia os padrões de enquadramento propostos pelo Estado de Minas desde o início da cobertura do governo dos militares: o de revelar a ditadura como uma revolução e os ideais comunistas como sendo subversivos, uma ameaça ao desenvolvimento do país. Mais que isso, os textos ilustram a ideia de Mouillaud (2002) de que “não há, não pode haver um ‘todo informativo’”, pois ao se enquadrar um acontecimento, ao se propor uma realidade, “muitos outros cenários permanecem virtuais e nunca serão escritos. (...) O que fica fora do campo sai do quadro.” (MOULIAUD, 2002, P. 42-43). Como observa Luiz Martins da Silva (2011), os atores e as circunstâncias históricas interferem na visibilidade ou opacidade de um acontecimento. Nos fins da década de 1970, ainda é possível observar a permanência desses mesmos padrões de enquadramentos no jornal. Na edição do dia 2 de abril de 1977, cuja manchete é “Geisel decreta recesso no Congresso para promover as reformas políticas”, o editorial defende a “revolução” e ataca a oposição.

Somente a partir da década de 1980 – quando já se notavam os sinais da reabertura política iniciada pelo governo Geisel – é possível perceber certo abrandamento na cobertura do jornal mineiro. Em 25 de abril de 1984, a emenda constitucional restabelecendo as eleições diretas para presidente da República é derrotada no Congresso Nacional. Na edição do dia 26,



o Estado de Minas traz a manchete “Derrotada a emenda das diretas” – mas é no editorial que se percebe uma mudança na forma com que o veículo se coloca em relação ao contexto político do Brasil e ao movimento pelas eleições diretas, especificamente. O texto, intitulado “O anseio maior”, reconhece e defende a legitimidade da luta pelo voto direto.

(...) o movimento pelas diretas não é emoção, como a qualificaram alguns juízes inidôneos, é um anseio mais puro, a mais legítima das reivindicações políticas da sociedade. Desconhecer esse dado da realidade é mais que perigoso, chega a ser provocador (ESTADO DE MINAS, 26 de abril de 1974, p.4).

A publicação do dia 15 de janeiro de 1985 confirma a quebra do padrão de enquadramentos observados até então. A edição diz respeito à eleição do presidente Tancredo Neves e a manchete é “Colégio elege Tancredo hoje e encerra o ciclo militar de 64”. No editorial, “Dia Memorável”, o veículo chama o governo a reconstruir o país e diz que, ali, rompe-se um ciclo de autoritarismo político, dando lugar ao tempo de transição democrática.

Como assinala Luiz Gonzaga Motta (2008), “as narrativas midiáticas não são apenas representações da realidade, mas uma forma de organizar nossas ações em função de estratégias culturais em contexto” (MOTTA, 2008, p. 145). O percurso trilhado pelo jornal Estado de Minas neste trabalho evidencia a mudança estratégica dos discursos veiculados em diferentes momentos da ditadura – o que abre caminho para novas reflexões acerca da intencionalidade da narrativa, dos propósitos daquele que enuncia. No começo, quando o regime militar se instaura, o jornal falava em “revolução” e pregava uma imagem negativa do movimento comunista. Ao final do regime ditatorial – tendo diante de si um país em crise e um governo que não mais podia se sustentar – o jornal apostou em narrativas e enquadramentos renovados, reconfigurando, desta forma, os cenários que havia construído. O Estado de Minas propunha uma nova percepção da realidade.

5- A linguagem gráfica na hierarquização da notícia

Quando se propõe analisar linguagem, o primeiro preconceito a ser superado é o verbalista, que, de acordo com Santaella (1996), restringe o termo *linguagem* apenas ao campo verbal, especialmente à oralidade. A definição de linguagem proposta pela autora é ampla. Para ela, “tudo é linguagem”. Sob essa perspectiva, “a mais esquemática definição de linguagem seria a de qualquer coisa que é capaz de tornar presente um ausente para alguém, produzindo nesse alguém um efeito interpretativo” (SANTAELLA, 1996, p. 313). Nesse



sentido, os recursos visuais – em especial no jornalismo – somam-se aos elementos verbais na construção de narrativas e enquadramentos que constituem o discurso proposto.

No jornal impresso, a linguagem gráfica se manifesta na forma como as manchetes, matérias e fotos estão dispostas na página. O Estado de Minas, durante a ditadura, soube recorrer a esses recursos para promover os enquadramentos que sustentavam as narrativas empreendidas. Bom exemplo está na escolha das manchetes. Ao optar, por exemplo, por priorizar um assunto em detrimento de outro no alto da página, o veículo cria, inevitavelmente, um sistema de hierarquização da notícia.

Alguns exemplos: “Governo descobre plano comunista e faz prisões no Rio e São Paulo”⁶ (ANEXO 3); “54 deputados federais na mira da revolução”⁷ (ANEXO 4); “Violento manifesto do MDB conta a Carta”⁸ (ANEXO 5); “Figueiredo assume e promete: Vou fazer deste País uma democracia”⁹ (ANEXO 6). O Estado de Minas novamente enquadra o movimento comunista como subversivo, fala em “revolução”, usa de um adjetivo para enfatizar a ação da oposição como violenta e reafirma a intenção do regime de instaurar a democracia.

Apesar da carga ideológica que carregam, todos os exemplos são de manchetes principais, situadas estrategicamente no alto da página – espaço nobre do jornal, o que também evidencia o maior ou menor “peso” da notícia, como observa Bárbara Assumpção.

(...) separadamente, as notícias de um jornal podem ter graus de importância semelhantes, mas a partir do momento em que são agrupadas em páginas elas adquirem novos valores que devem ser explicitados tanto por sua posição na página, quanto por tratamentos gráficos distintos. É um trabalho de montagem, de edição, e cada jornal irá montar as mesmas “cenas” (notícias) de forma diferente, de acordo com a sua linha editorial (ASSUMPCÃO, 2006, p.8).

A manchete principal é a primeira “fala” do jornal, a mensagem que precisa ser passada antes de qualquer outra. Nesse sentido, qualquer veículo diz muito mais que a notícia em si quando “mancheta” um acontecimento em detrimento de outro. Para o Estado de Minas, portanto, falar ao público sobre essas notícias citadas, e da forma como elas foram citadas, revela o que era prioridade naquele contexto. Dessa forma, como observa Assumpção (2006),

⁶ Edição do dia 31 de janeiro de 1975

⁷ Edição do dia 8 de abril de 1964

⁸ Edição do dia 25 de janeiro de 1967

⁹ Edição do dia 16 de março de 1979



é preciso pensar que a organização gráfica de um jornal deve ser vista como uma narrativa paralela, ou mesmo como a narrativa dentro da narrativa.

6- Considerações finais

O discurso político está presente em tudo no mundo. Segundo Lúcia Santaella (1996), tudo o que é humano é político. Qualquer sujeito afeta e é afetado pelo sistema de governo que rege a sociedade. E, sob esse aspecto, o jornalismo, na sua função de mediador, possibilita o diálogo entre cidadãos e governos – para o bem e para o mal.

O jornalismo produz conhecimento, “a notícia é um dos eixos norteadores dos ‘consensos’ e parâmetros sociais de normalidade e anormalidade” (BENETTI, 2008, p. 110). É possível afirmar, assim, que a palavra de um jornal conduz à reflexão e à ação. O veículo, ao atentar para os acontecimentos e produzir a notícia, oferece ao cidadão novas formas de pensar, de decidir e de agir. Para isso, constrói narrativas específicas, enquadra certos fatos da realidade e tece discursos capazes de delinear um determinado cenário.

O Estado de Minas se valeu desses métodos para conceber uma ideia distorcida do real num período singular da história brasileira – a ditadura militar. Num momento em que o país era palco de torturas, seqüestros, assassinatos e censura, o jornal mineiro falava em “Revolução”, com letra maiúscula. Jogava luz sobre alguns fatos e escurecia outros, até apagá-los. É nesse jogo de esconde-revela que o um jornal deixa de cumprir seu verdadeiro papel (com a coletividade) para atender aos interesses de alguns. Deixa de lado, assim, o ideal libertário do jornalismo: aquele que se sustenta em sua finalidade primeira, a de “fornecer aos cidadãos as informações de que necessitam para serem livres e se autogovernar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2003, p. 31).

REFERÊNCIAS

ASSUMPCÃO, Bárbara. Narrativas gráficas. Relações entre texto e imagem em Jornais Impressos. *In*: COELHO, Luiz Antônio L. (org.). **O simbólico no Discurso Visual. A gênese e Ontologia da Imagem. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.** Departamento de Artes e Design. Programa de Pós-Graduação em Design. 2006.1, p. 1-14.

BENETTI, Márcia. A análise do Discurso em jornalismo: estudo de vozes e sentidos. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. – (Coleção Fazer Jornalismo), p. 107-122.

DIJK, Teun A. Van. Las ideologias en la sociedad. *In*: **Ideologia y Discurso.** Barcelona : Ariel, 2003, p.41-49.



FAUSTO, Boris. O Regime Militar. *In*: FAUSTO, Boris (org.). **História do Brasil**. São Paulo: Edusp, 1994, p. 465-515.

FRANÇA, Vera V. **Jornalismo e vida social: a história amena de um jornal mineiro**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, 260 p.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do Jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração Editorial, 2003, 292 p.

LEAL, Bruno Souza *et al.* Agendamento, enquadramento e noticiabilidade. *In*: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virgínia Pradelina da Silveira. (orgs.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis : Insular, 2010, p. 187-219.

MOTTA, Luiz Gonzaga. Análise pragmática da narrativa jornalística. *In*: LAGO, Cláudia; BENETTI, Marcia (orgs.). **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. 2ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. – (Coleção Fazer Jornalismo), p. 143-167

MOUILLAUD, Maurice. A informação ou a parte da sombra. *In*: PORTO, Sérgio Dayrell (org.). **O jornal: da forma ao sentido**. 2 ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. O jornal: da forma ao sentido. Cap.2, p. 37-47

PORTO, Mauro. Enquadramentos da Mídia e Política. *In*: RUBIM, A.A.C. (Org.). **Comunicação e política: conceitos e abordagens**. Salvador: EDUFBA/ UNESP, 2004, p. 74-104

SANTAELLA, Lúcia. Linguagens e Tensões Políticas. *In*: **Produção de Linguagem e Ideologia**. 2ª ed.rev.ampl. São Paulo : Cortez, 1996, p. 309-331.

SILVA, Luiz Martins da; MOURA, Dione Oliveira. **A permanência da opacidade no acontecimento jornalístico: Uma reflexão em torno de três casos**. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade de Brasília, 2011, p.106-113. Disponível em: www.mejor.com.br

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 1 abr. 1964.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 2 abr. 1964.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 8 abr. 1964.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 3 out. 1965.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 8 dez. 1966.



ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 25 jan. 1967.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 2 abr. 1977.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 31 mar. 1973.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 31 jan. 1975.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 16 mar. 1979.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 26 abr. 1984.

ESTADO DE MINAS. Belo Horizonte: Diários Associados, 15 jan. 1985.

ANEXOS

ANEXO 1



ANEXO 2

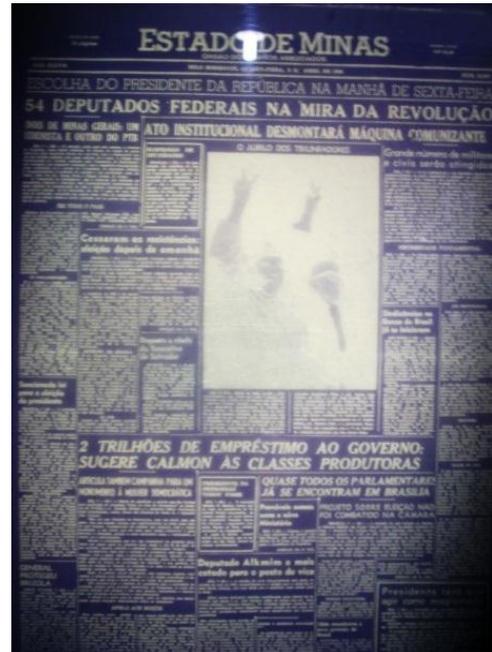




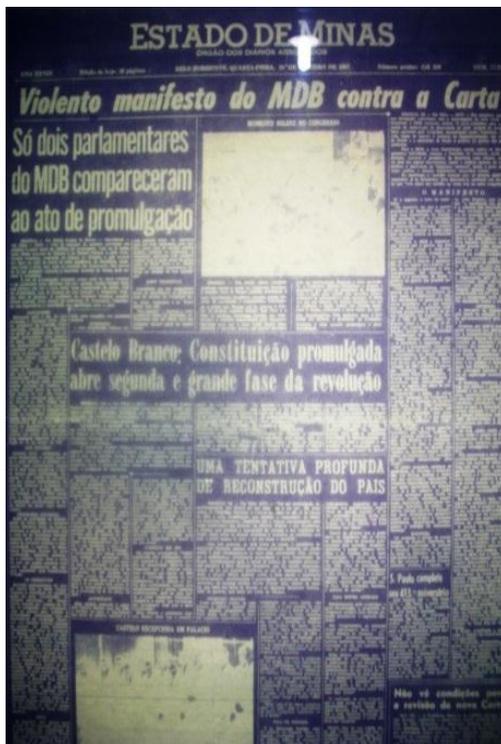
ANEXO 3



ANEXO 4



ANEXO 5



ANEXO 6

